Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA

PROTOCOLO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
PROTOCOLO MUNICIPAL
Nº:19848 /9 / 2026
DATA: 16/09/2026- 17:51:59
ASSUNTO: RECURSO
REQ: INNOVA PSY PSICOLOGIA E SAUDE LTDA
SENHA: GB35548

Camli

AO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE ARARUAMA/RJ

E, NA HIPÓTESE DE NÃO RECONSIDERAÇÃO, À AUTORIDADE SUPERIOR COMPETENTE

Pregão Eletrônico SRP nº 042/2026

Processo Administrativo nº 16.356/2025

Recorrente: INNOVA PSY PSICOLOGIA E SAÚDE LTDA — CNPJ nº 22.162.207/0001-03

Recorrida/Interessada: L&R STAFF LTDA

RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO

com pedido de reconsideração, efeito suspensivo, reabilitação parcial da Recorrente no Lote 02, reavaliação da habilitação da L&R STAFF LTDA, preservação de logs da plataforma e não prosseguimento da fase de lances/adjudicação até saneamento dos vícios

INNOVA PSY PSICOLOGIA E SAÚDE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.162.207/0001-03, com sede na Rua João Guimarães, nº 238, Estação, São Pedro da Aldeia/RJ, representada por sua administradora ADELAIDE ABADIA DE LIMA FÉLIX, já qualificada nos autos do Pregão Eletrônico SRP nº 042/2026, vem, respeitosamente, com fundamento nos arts. 5º, 11, 12, III, 17, § 1º, 59, 62, 63, 64, 67, 71, 165 e 168 da Lei nº 14.133/2021, no art. 37, caput e XXI, da Constituição da República, nos arts. 20 e 21 da LINDB e nos princípios da legalidade, isonomia, impessoalidade, motivação, vinculação ao edital, julgamento objetivo, competitividade, proporcionalidade e economicidade, apresentar as presentes RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO contra a decisão que a declarou inabilitada e permitiu o prosseguimento do certame com a L&R STAFF LTDA, pelas razões a seguir.

1. TEMPESTIVIDADE, CABIMENTO E EFEITO SUSPENSIVO

O presente recurso é cabível em face de decisão proferida em fase de habilitação/inabilitação e de atos subsequentes praticados no certame, nos termos do art. 165, I, da Lei nº 14.133/2021.

A plataforma LICITANET comunicou a abertura do prazo para apresentação das razões recursais, tendo fixado o dia 15 de setembro de 2026 como termo final, razão pela qual o presente recurso é tempestivo.

Nos termos do art. 168 da Lei nº 14.133/2021, o recurso possui efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente. Por isso, requer-se que não haja homologação, adjudicação, assinatura contratual, ordem de início, execução ou prática de ato de consolidação da fase de lances enquanto pendente a apreciação fundamentada das presentes razões, especialmente porque se impugnam vícios que antecedem e contaminam a etapa competitiva.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
PROCESSO SOB Nº 19848
FLS. Nº 02
EM 16/09/2026

2. SÍNTESE DA CONTROVÉRSIA E DELIMITAÇÃO DOS PEDIDOS

A controvérsia não se limita ao inconformismo da Recorrente com o resultado do certame. Discute-se a regularidade do método de julgamento adotado pela Administração, especialmente diante de três circunstâncias objetivas:

(i) a Nota Técnica nº 002/2026/SUPARM/SESEG reconheceu que a INNOVA PSY apresentou documentação tecnicamente suficiente para o Lote 02;

(ii) a L&R STAFF LTDA foi habilitada mediante aceitação de documentos, compromissos, informações institucionais e possibilidade de confirmação posterior que não receberam tratamento equivalente quando analisada a documentação das demais licitantes;

(iii) a fase de lances prosseguiu com a L&R como única licitante remanescente, embora houvesse vícios prévios de habilitação técnica, motivação, julgamento objetivo e competitividade, especialmente no Lote 02.

O caso, portanto, deve ser examinado sob a técnica do controle de legalidade do procedimento, e não como pedido de substituição do juízo técnico da Administração. A Recorrente não pretende que o Pregoeiro, a equipe técnica ou a autoridade superior abandonem os requisitos de segurança do objeto. O que se requer é que a mesma régua probatória, a mesma possibilidade de diligência e a mesma exigência de motivação sejam aplicadas a todos os concorrentes.

A distinção é relevante. A doutrina administrativa é uniforme ao reconhecer que discricionariedade técnica não equivale a liberdade decisória imune a controle. Em síntese doutrinária, Marçal Justen Filho ensina que a vinculação ao edital e o julgamento objetivo exigem que a decisão seja reconduzível a critérios previamente definidos, motivação controlável e demonstração racional do nexo entre documento apresentado, requisito editalício e conclusão administrativa.

> ***Doutrina aplicável — julgamento objetivo e controle da discricionariedade técnica:***
>
> *"Não se pretende substituir a Administração na avaliação técnica, mas exigir que a avaliação técnica seja controlável: requisito, documento apresentado, razão da aceitação/rejeição e impacto por lote."*
>
> *Referência doutrinária utilizada: JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas. São Paulo: Thomson Reuters/Revista dos Tribunais, edições sobre a Lei nº 14.133/2021.*

Por essa razão, a Recorrente formula recurso em duas frentes, conforme a própria estrutura do procedimento:

A) Fase de habilitação jurídica/técnica: reabilitação da INNOVA PSY para o Lote 02, em razão de suficiência técnica expressamente reconhecida; reavaliação da habilitação da L&R STAFF LTDA; reconhecimento de tratamento desigual; e realização de diligências isonômicas apenas para confirmação de fatos preexistentes.

B) Fase de lances: não prosseguimento dos atos competitivos, adjudicação ou contratação, pois a fase de lances somente foi possível após decisão de habilitação/inabilitação juridicamente

PROCESSO Nº 19848
FLS. 03
ASSINATURA E CARIMBO

viciada. Caso mantida a irregularidade, requer-se a anulação da fase de lances e o refazimento dos atos subsequentes ao saneamento da habilitação.

3. DA FASE DE HABILITAÇÃO JURÍDICA E TÉCNICA

3.1. Da centralidade do Lote 02: a própria Nota Técnica reconheceu a suficiência técnica da INNOVA PSY

O ponto mais objetivo do presente recurso diz respeito ao Lote 02.

A Nota Técnica nº 002/2026/SUPARM/SESEG, ao avaliar a documentação da Recorrente, registrou expressamente que: "A INNOVA PSY PSICOLOGIA E SAÚDE LTDA apresentou documentação tecnicamente suficiente para o Lote 02".

Esse reconhecimento técnico produz consequência jurídica direta: a Recorrente não poderia ser afastada do Lote 02 por fundamentos técnicos relacionados aos Lotes 01 e 03, nem por decisão global ou genérica que não identificasse fundamento autônomo, específico e proporcional para sua exclusão nesse lote.

A licitação foi estruturada por lotes. Logo, a habilitação deve respeitar o recorte objetivo de cada lote, salvo hipótese de regra editalícia clara de habilitação global ou de vício procedimental que afete de forma autônoma e motivada todos os lotes. A decisão administrativa deve demonstrar, em relação a cada lote: (i) qual requisito não foi atendido; (ii) qual documento foi considerado insuficiente; (iii) se a falha era substancial ou saneável; (iv) por que a consequência aplicada era necessária e proporcional.

Esse dever decorre diretamente do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que positiva, entre outros, os princípios da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade e da proporcionalidade.

Lei nº 14.133/2021, art. 5º — princípios de validade do julgamento:

"Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável [...]."

No caso, o afastamento da INNOVA PSY do Lote 02 carece de motivação específica. Se a Administração reconheceu suficiência técnica nesse lote, a exclusão somente poderia decorrer de outro fundamento autônomo, especialmente a alegação de apresentação de proposta comercial em campo inadequado. Ainda assim, tal fundamento deveria ser tratado com motivação própria, prova objetiva de acesso/risco ao sigilo e análise de proporcionalidade, como será demonstrado adiante.

A teoria dos motivos determinantes, de aplicação consolidada no direito administrativo, impõe que o ato administrativo permaneça vinculado aos motivos que o justificaram. Se o motivo técnico declarado pela própria Administração foi a suficiência da documentação da INNOVA no

PROCESSO Nº 19848
FLS. 04
ASSINATURA E CARIMBO

Lote 02, a exclusão nesse lote exige motivo diverso, explícito e juridicamente adequado. Não se admite julgamento por arrastamento.

A doutrina de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, em síntese aplicável ao caso, ensina que a motivação permite o controle de legalidade, moralidade, razoabilidade e finalidade dos atos administrativos; quando a lei ou a natureza do ato exige motivação, a ausência ou insuficiência compromete a validade do ato.

Doutrina aplicável — motivação administrativa:

"A motivação não pode ser substituída por declaração conclusiva de que a licitante 'cumpriu os requisitos'. Em objeto tecnicamente complexo, a motivação deve explicitar o raciocínio administrativo."

Referência doutrinária utilizada: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense, edições atuais.

Assim, o primeiro pedido, por ser o mais factível e diretamente demonstrável, é a reabilitação da INNOVA PSY para o Lote 02, ou, subsidiariamente, a anulação da decisão que a afastou desse lote, com determinação de nova decisão específica, motivada, proporcional e acompanhada dos elementos de auditoria da plataforma.

3.2. Do tratamento desigual no julgamento da qualificação técnica: uso de informação de conhecimento prévio da Administração em favor da L&R

A decisão recorrida revela tratamento desigual na forma de suprir, interpretar e valorar lacunas documentais.

Quanto à INNOVA PSY, a análise técnica reconheceu a existência de elementos relevantes de qualificação do profissional indicado para o módulo de atendimento pré-hospitalar — APH, incluindo formação em Enfermagem, certificados relacionados à emergência/APH e ficha profissional com indicação de atuação como instrutor de teoria e prática de APH tático para forças de segurança. Ainda assim, a experiência foi reputada insuficiente porque, segundo a análise, não teria sido localizado atestado individualizando instituição, turma, período e atuação docente efetiva.

Para a L&R STAFF LTDA, contudo, a própria avaliação técnica teria consignado que o atestado apresentado não individualizava nominalmente determinado profissional, Leonardo Gonçalves Velasco. A lacuna, entretanto, foi suprida por informação de conhecimento da própria Administração de Araruama, no sentido de que o profissional teria atuado em curso anterior da Guarda Civil Municipal local.

A assimetria é juridicamente relevante. Se a Administração admitiu completar a prova da L&R com informação interna, institucional ou ex officio, deveria ter: (i) registrado a fonte formal dessa informação; (ii) juntado o documento correspondente aos autos; (iii) oportunizado diligência equivalente à INNOVA PSY; e (iv) aplicado o mesmo padrão probatório às demais licitantes.

O problema não é a Administração conhecer fatos pretéritos decorrentes de contratação anterior. O problema é converter esse conhecimento interno em vantagem competitiva não documentada para uma licitante que já prestou serviços ao próprio Município, enquanto se nega à concorrente a possibilidade de comprovar fato profissional preexistente por diligência.

PROCESSO Nº 19848
FLS. 05
ASSINATURA E CARIMBO

Essa forma de julgamento viola a isonomia não apenas em seu aspecto formal, mas em sua dimensão procedimental: licitantes em situação probatória comparável receberam oportunidades distintas de confirmação, complementação e valoração técnica.

Doutrina aplicável — isonomia e discrímen legítimo:

A igualdade não veda toda diferenciação; veda diferenciações arbitrárias ou não relacionadas logicamente com a finalidade pública. Em licitações, os critérios diferenciadores devem guardar pertinência com o objeto e ser aplicados de forma impessoal.

Referência doutrinária utilizada: BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros/Juspodivm, edições atuais.

A jurisprudência e a orientação dos órgãos de controle caminham no mesmo sentido. O TCU, no Acórdão 1.211/2021-Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, assentou que a vedação à inclusão de novo documento não impede diligência destinada a comprovar condição já atendida pelo licitante à época da apresentação da proposta, desde que não haja alteração substancial da habilitação e que a decisão seja fundamentada, registrada e acessível aos demais licitantes.

TCU — Acórdão 1.211/2021-Plenário:

"A vedação à inclusão de novo documento [...] não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro."

No mesmo precedente, consignou-se que o pregoeiro "deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes".

O mesmo raciocínio aparece na linha do Acórdão 2.443/2021-Plenário e do Acórdão 2.673/2021-Plenário, segundo a qual a formalização posterior pode ser admitida quando apenas retrata condição preexistente, sem fabricação de capacidade técnica nova e sem prejuízo à isonomia.

Portanto, se a Administração considerou possível suprir a individualização de profissional da L&R por conhecimento institucional prévio, deve franquear à INNOVA PSY diligência equivalente para comprovação da experiência preexistente de André Luis Vieira Rebeque, ou reconhecer que o critério utilizado para habilitar a L&R não poderia ser aplicado de modo seletivo.

3.3. Da necessidade de motivação reforçada da habilitação da L&R STAFF LTDA

A ata do certame contém extensa fundamentação para inabilitar SST e INNOVA, mas registra a habilitação da L&R STAFF LTDA de forma sumária, mediante afirmação conclusiva de cumprimento dos requisitos habilitatórios.

Essa forma de decidir não é compatível com a complexidade do objeto licitado. O próprio edital justificou a inversão de fases pela necessidade de verificar previamente requisitos técnicos sensíveis: credenciamentos perante a Polícia Federal, estande regularizado, profissionais habilitados, estrutura física, alojamento/refeitório, armamento, munições e segurança operacional.

Se a complexidade do objeto justificou a inversão das fases, essa mesma complexidade impõe motivação técnica densa e auditável. A Administração não pode produzir decisão minuciosa para inabilitar concorrentes e decisão genérica para habilitar a licitante que prosseguiu isoladamente à fase de lances.

PROCESSO Nº 19848
FLS. 06
ASSINATURA E CARIMBO

O STJ reconhece que o edital constitui a lei interna do certame, vinculando a Administração e os participantes. Essa vinculação, contudo, deve ser aplicada de forma isonômica. Não se pode invocar o edital com máximo rigor contra a INNOVA e, simultaneamente, aceitar para a L&R lacunas documentais, conhecimento institucional, compromissos condicionados ou confirmações futuras sem exposição do mesmo padrão decisório.

STJ — vinculação ao edital e vedação de critério não previsto:

"ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. EXIGÊNCIA NÃO PREVISTA NO EDITAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. O edital de licitação vincula a administração pública e os licitantes aos seus termos. [...] 3. Possuindo o profissional técnico da empresa conhecimento que está dentro dos parâmetros objetivamente estabelecidos no edital de licitação, não há razão para a inabilitação desta (empresa) em relação a esse quesito. 4. Recurso ordinário provido. Concessão da ordem."

STJ, RMS 69.281/CE, Rel. Min. Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 12/09/2023, DJe 19/10/2023.

O precedente é particularmente útil porque não autoriza a Administração a criar nova exigência técnica no curso do julgamento. Ao contrário: afirma que, se o profissional indicado demonstra conhecimento dentro dos parâmetros objetivamente estabelecidos no edital, a inabilitação por critério não expressamente previsto torna-se ilegal.

Requer-se, portanto, a apresentação de motivação individualizada da habilitação da L&R STAFF LTDA, requisito por requisito, especialmente quanto: (i) ao atestado emitido pelo próprio Município de Araruama; (ii) à individualização dos profissionais; (iii) à experiência vinculada ao porte funcional; (iv) ao estande e instalações; (v) à disponibilidade de armas e munições; (vi) à eventual vistoria confirmatória; e (vii) à compatibilidade por lote.

3.4. Do atestado emitido pelo próprio Município de Araruama e da necessidade de controle de impessoalidade

A Recorrente não sustenta que o atestado emitido pelo próprio Município de Araruama em favor da L&R seja automaticamente inválido. O ponto é outro: quando o documento central de habilitação da licitante vencedora é emitido pela própria Administração demandante, sua valoração exige cautela reforçada, transparência e comparação objetiva com documentos emitidos por outros entes públicos.

O art. 37, caput, da Constituição impõe impessoalidade, moralidade e publicidade. O art. 37, XXI, determina igualdade de condições entre concorrentes, admitindo apenas exigências indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. O art. 5º da Lei nº 14.133/2021 reforça motivação, transparência, segregação de funções e julgamento objetivo.

Nesse contexto, o atestado local não poderia funcionar, direta ou indiretamente, como vantagem institucional para a empresa já conhecida pela Administração, especialmente se os atestados de São Pedro da Aldeia, Casimiro de Abreu e outros documentos apresentados por concorrentes foram analisados com maior severidade.

PROCESSO Nº 19848
FLS. 07
ASSINATURA E CARIMBO

O STF, no RE 668.810/SP, ao tratar de exigência que criava distinção injustificável entre possíveis contratados, reafirmou a necessidade de que exigências restritivas guardem relação indispensável com o objeto e não produzam favorecimento local ou distinção impertinente.

STF — RE 668.810/SP, vetor constitucional aplicável:

O Supremo Tribunal Federal manteve a invalidade de exigência que privilegiava empresas locais, por criar distinção injustificável entre particulares aptos a executar contratos. O art. 37, XXI, da Constituição reforça que só se admitem exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Embora o caso concreto seja diverso, o vetor jurídico é aplicável: a Administração não pode privilegiar experiência local quando experiências tecnicamente similares de outros entes demonstram capacidade equivalente.

Requer-se, por isso, que a Administração indique: (i) quem emitiu o atestado municipal da L&R; (ii) se algum agente emissor participou direta ou indiretamente da avaliação técnica atual; (iii) qual critério objetivo permitiu valorar o atestado local como suficiente; e (iv) por que os atestados da INNOVA, emitidos ou vinculados a outros entes, não receberam a mesma leitura funcional.

3.5. Da qualificação técnica: experiência similar não se confunde com identidade absoluta

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 67, não autoriza que a Administração converta a qualificação técnica em filtro subjetivo ou em exigência de identidade absoluta com experiência pretérita local. A capacidade técnico-operacional deve demonstrar aptidão para execução de serviços similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Lei nº 14.133/2021, art. 67 — similaridade e proporcionalidade:

A documentação de qualificação técnica deve comprovar aptidão técnico-profissional e técnico-operacional. Quanto à capacidade operacional, a lei exige serviços similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, não identidade absoluta com objeto anteriormente executado perante o mesmo ente.

O TCU, em seu Manual de Licitações e Contratos, item 5.5.2 — Habilitação Técnica, registra que a habilitação técnica presta-se a comprovar que o licitante possui qualificação para executar o objeto, não se confundindo com critério de aceitabilidade da proposta. A orientação do TCU também destaca que a experiência exigível é a de atividades similares, em características, quantidades e prazos, vedadas exigências desproporcionais ou não delimitadas.

TCU — Manual de Licitações e Contratos, item 5.5.2:

"Os critérios de habilitação técnica [...] prestam-se a comprovar que o licitante possui a qualificação técnica necessária para bem executar o objeto da contratação. Referem-se, portanto, a características inerentes ao licitante, não se confundindo com os critérios técnicos de aceitabilidade da sua proposta [...]."

Quanto à qualificação técnico-operacional, o TCU registra que ela envolve "a comprovação de que o licitante já executou, de modo satisfatório, atividades similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto da licitação".

A Súmula TCU nº 263 reforça que a comprovação de capacidade técnico-operacional deve limitar-se às parcelas de maior relevância e valor significativo, observada proporção com a dimensão e complexidade do objeto.

PROCESSO Nº 19848
FLS. 08
ASSINATURA E CARIMBO

TCU — Súmula nº 263:

"Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado."

No caso, a Administração valorizou decisivamente a experiência da L&R perante o próprio Município de Araruama e relativizou experiências da INNOVA vinculadas a atividades de capacitação, IAT, armeiro, Guarda Municipal, matriz curricular e atividades correlatas. Se havia insuficiência material, ela deveria ter sido demonstrada por matriz objetiva: público treinado, carga horária, módulos, matriz SENASP, número de disparos, relação com porte funcional, avaliação psicológica, credenciamentos e pertinência por lote.

Sem essa matriz, a conclusão técnica fica vulnerável por julgamento subjetivo e não auditável.

3.6. Do dever de diligência isonômica e da vedação à criação posterior de capacidade

A Recorrente ressalta, expressamente, que não busca substituir documentos essenciais inexistentes, criar capacidade técnica posterior, alterar equipe, constituir estande, adquirir armas ou munições após a sessão. O que se requer é a realização de diligências para confirmar fatos preexistentes, já indicados nos documentos apresentados, nos estritos limites do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

O art. 64 da Lei nº 14.133/2021 veda substituição ou apresentação de novos documentos após a entrega da habilitação, salvo diligência para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados, quando necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame. Seu § 1º admite o saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado e acessível a todos.

Lei nº 14.133/2021, art. 64 — limite da diligência:

"Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência [...]." O § 1º acrescenta que a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos.

A linha jurisprudencial do TCU — especialmente os Acórdãos 1.211/2021-Plenário e 2.443/2021-Plenário — prestigia essa leitura: a diligência não deve servir para fabricar condição inexistente, mas pode e deve ser utilizada para comprovar situação preexistente e preservar a proposta mais vantajosa, desde que em igualdade de condições.

O STJ, por outro lado, também adverte que diligência não pode ser usada para inclusão posterior de documento essencial que deveria constar originariamente da proposta/habilitação. No REsp 1.894.069/SP, a Corte afastou a utilização de documento novo apresentado após a fase de habilitação quando ele substituía documento essencial que deveria integrar a habilitação originária. Esse precedente é relevante porque delimita corretamente o pedido da Recorrente: não se pede

PROCESSO Nº 19848
FLS. 09
ASSINATURA E CARIMBO

criação de prova nova, mas tratamento isonômico para fatos preexistentes, nos mesmos parâmetros adotados em favor da L&R.

> ***STJ — REsp 1.894.069/SP:***
>
> *A diligência não se presta à apresentação posterior de documento essencial que deveria integrar a habilitação originária. A ratio decidendi do precedente, contudo, não impede diligência para esclarecer documento já apresentado ou confirmar condição preexistente; apenas veda a substituição substancial da habilitação após o prazo editalício.*

Portanto, a Administração deve esclarecer: se a lacuna era sanável para a L&R, por que seria insanável para a INNOVA? Se a informação institucional serviu para individualizar profissional da L&R, por que não se admitiu diligência para individualizar a experiência profissional preexistente indicada pela INNOVA? Se a vistoria confirmatória era aceitável para a L&R, por que não foi disponibilizada como medida técnica isonômica aos demais licitantes?

3.7. Da estrutura, estande, armas e munições: não se pede flexibilização de segurança, mas igualdade de régua probatória

O objeto do certame é sensível e envolve treinamento armado, porte funcional, estande de tiro, equipe técnica, armamento, munições, avaliação psicológica e segurança institucional da Guarda Civil Municipal. Por isso, a Recorrente não pede relaxamento de requisitos de segurança.

O que se impugna é a aplicação desigual do rigor documental.

Conforme os achados extraídos da documentação, a L&R teve aceitos instrumentos de comodato/disponibilidade, relação de armas, documentos complementares e indicação de vistoria confirmatória, embora houvesse ressalvas no próprio instrumento de disponibilização de armas quanto à não comprovação, por si só, de estoque ou disponibilidade de munições. Já a INNOVA e outras licitantes tiveram documentos de estrutura, estande e disponibilidade avaliados com maior rigor, sem que conste matriz comparativa justificando a diferença material.

A eventual suficiência da L&R deve ser demonstrada por elementos objetivos: titularidade, disponibilidade jurídica, quantidade, calibres, autorizações, vínculo com o objeto, data de emissão, regularidade perante órgãos competentes e possibilidade de uso no treinamento. Da mesma forma, eventual insuficiência da INNOVA precisa ser explicitada por requisito e por lote.

Sem esse cotejo, a decisão viola julgamento objetivo e transparência.

4. DA FASE DE LANCES E DA QUEBRA DE COMPETITIVIDADE

4.1. A fase de lances não poderia prosseguir regularmente se a fase de habilitação estava viciada

A fase de lances pressupõe habilitação regular dos participantes aptos a prosseguir. Se a L&R deveria ter sido inabilitada ou, ao menos, submetida a reavaliação técnica motivada, e se a INNOVA deveria ter permanecido habilitada para o Lote 02, a fase competitiva foi realizada sobre base jurídica instável.

PROCESSO Nº 19848
FLS. 10
ASSINATURA E CARIMBO

A decisão de habilitação/inabilitação produz efeitos diretos sobre a competitividade. Ao afastar INNOVA e SST e permitir o prosseguimento da L&R, a Administração reduziu a competição em contexto de julgamento técnico questionável, sem matriz objetiva, sem motivação simétrica e sem esclarecimento sobre os efeitos da proposta comercial antecipada.

O art. 11 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que o processo licitatório tem por objetivos assegurar a seleção da proposta apta a gerar resultado mais vantajoso, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes e justa competição. Esses objetivos não se realizam quando a fase de lances ocorre após exclusão possivelmente indevida de licitante tecnicamente suficiente para determinado lote.

Lei nº 14.133/2021, art. 11 — objetivos do processo licitatório:

O processo licitatório tem por objetivos assegurar a seleção da proposta apta a gerar resultado de contratação mais vantajoso para a Administração, assegurar tratamento isonômico entre licitantes e justa competição, evitar contratações com sobrepreço ou preços inexequíveis e incentivar inovação e desenvolvimento nacional sustentável.

Por isso, requer-se o não prosseguimento dos atos subsequentes da fase de lances, especialmente adjudicação, homologação, assinatura de contrato ou emissão de ordem de serviço, até que sejam saneados os vícios da fase de habilitação.

4.2. Da proposta comercial anexada em campo inadequado: o vício deve ser tratado por sua consequência real, não por presunção genérica

A Recorrente reconhece que houve juntada de proposta comercial identificada no conjunto documental de habilitação, em desconformidade com o item 8.1.6 do edital, que determinava o cadastramento da proposta no campo próprio, com preservação do sigilo até a fase competitiva.

Não se minimiza a importância do sigilo. A controvérsia, contudo, está na consequência jurídica aplicada.

A Administração utilizou a ocorrência como fundamento para afastamento global da INNOVA, inclusive do Lote 02, embora a Nota Técnica tenha reconhecido suficiência técnica nesse lote. Contudo, sem acesso aos logs da plataforma, não é possível saber: (i) qual arquivo foi anexado; (ii) em qual campo; (iii) quando ficou acessível; (iv) quem visualizou ou baixou; (v) se a L&R teve acesso antecipado aos valores; (vi) se a fase de lances foi contaminada; e (vii) qual medida seria proporcional para recompor a isonomia.

A jurisprudência que prestigia a vinculação ao edital — como o STF no RMS 23.640/DF, em contexto de proposta financeira sem assinatura, e o STJ em precedentes sobre observância das regras editalícias — exige respeito às regras do certame. Mas essa vinculação não autoriza consequência automática sem prova do prejuízo, sem motivação e sem análise de proporcionalidade, sobretudo quando se discute possível contaminação de concorrente remanescente.

STF — RMS 23.640/DF, vinculação ao edital:

"Proposta financeira sem assinatura ou rubrica resta caracterizada, pela apocrifia, a inexistência do documento."

STF, RMS 23.640/DF, Segunda Turma, Rel. Min. Maurício Corrêa, julgado em 16/10/2001.

PROCESSO Nº 19848
FLS. 11
ASSINATURA E CARIMBO

O precedente demonstra a seriedade do dever de observância ao edital, mas não resolve, por si só, a consequência concreta no presente caso. Aqui, a irregularidade deve ser cruzada com os logs de acesso da plataforma, com o reconhecimento de suficiência técnica da INNOVA no Lote 02 e com o risco inverso de preservar fase de lances vencida por licitante que eventualmente possa ter tido acesso a informação econômica antecipada.

Há cenários juridicamente distintos:

(a) se a proposta indevidamente anexada não foi acessada por concorrentes antes da fase competitiva, a Administração deve justificar por que a irregularidade era insanável e por que a exclusão global, inclusive no Lote 02, era proporcional;

(b) se a proposta foi acessada pela L&R ou por outro concorrente remanescente antes da fase competitiva, a mera exclusão da INNOVA não recompõe a igualdade, pois a licitante que permaneceu no certame poderia ter recebido vantagem informacional indevida;

(c) se não for possível auditar o acesso, a falha de rastreabilidade da própria plataforma/processo deve ser resolvida por decisão motivada voltada à preservação da isonomia, mediante suspensão, repetição da fase contaminada ou reavaliação dos atos subsequentes.

Assim, a questão da proposta comercial não pode ser usada de modo simplista para afastar a INNOVA e, ao mesmo tempo, preservar automaticamente a fase de lances vencida pela L&R. O vício, se concreto, deve ser apurado e tratado de modo coerente com a recomposição da competitividade.

4.3. Da necessidade de anulação da fase de lances, caso mantidos os vícios de habilitação

Se reconhecido que a INNOVA deveria ter permanecido no Lote 02, ou que a L&R deveria ter sido inabilitada/reavaliada antes da fase competitiva, os lances subsequentes não podem ser preservados como se tivessem ocorrido em ambiente competitivo regular.

O art. 71 da Lei nº 14.133/2021 prevê o dever de saneamento, anulação ou revogação conforme a natureza do vício e as consequências administrativas. A LINDB, em seus arts. 20 e 21, exige que a decisão administrativa considere consequências práticas e indique os efeitos da invalidação. Daí decorre que o pedido adequado não é necessariamente anular todo o certame de imediato, mas preservar atos aproveitáveis e invalidar, ao menos, a fase contaminada.

No caso, o mínimo necessário é suspender o prosseguimento dos atos subsequentes até: (i) reavaliar a habilitação da INNOVA no Lote 02; (ii) reavaliar a habilitação da L&R; (iii) disponibilizar logs da LICITANET; e (iv) produzir matriz comparativa. Persistindo vício insanável, deve ser anulada a fase de lances e refeita a disputa com os licitantes efetivamente habilitados.

5. DO PRECEDENTE DO TCE-RJ SOBRE DISPONIBILIDADE DE EQUIPE TÉCNICA E SUA APLICAÇÃO AO CASO

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, no Processo TCE-RJ nº 106.956-8/22, Rel. Conselheira Marianna Montebello Willeman, editou entendimento sumulado sobre a comprovação da qualificação técnico-profissional em licitações, afastando exigência de vínculo

PROCESSO Nº 19848
FLS. 12
ASSINATURA E CARIMBO

empregatício prévio e reconhecendo a suficiência de meios aptos para demonstrar futura disponibilidade da equipe.

> ***TCE-RJ — Processo nº 106.956-8/22 / Súmula TCE-RJ nº 10/2022:***
>
> *"Não deve ser exigido vínculo empregatício preexistente entre o profissional e a empresa licitante para fins de comprovação de qualificação técnico-profissional. O edital deve permitir qualquer meio apto a comprovar que, quando da contratação, a empresa licitante possuirá equipe técnica qualificada e disponível para a execução do objeto licitatório, a exemplo de apresentação de declaração de compromisso de disponibilidade."*

Embora o precedente trate diretamente de equipe técnica, sua razão jurídica é aplicável ao presente caso: a Administração deve privilegiar meios aptos e proporcionais de comprovação de disponibilidade, evitando formalismo restritivo e tratamento desigual. Se instrumentos de compromisso, comodato, declaração, disponibilidade futura e conhecimento institucional foram aceitos em favor da L&R, a Administração deve explicar por que meios similares apresentados ou indicados pela INNOVA não foram suficientes ou diligenciáveis.

6. DA NECESSIDADE DE MATRIZ COMPARATIVA E DE MOTIVAÇÃO AUDITÁVEL

A ausência de matriz comparativa é vício transversal.

Em objeto sensível, a Administração deveria ter produzido quadro mínimo contendo, por licitante e por lote: requisito editalício, documento exigido, documento apresentado, conclusão técnica, possibilidade de diligência, diligência efetivamente realizada ou recusada, fundamento da aceitação/rejeição e impacto sobre o lote.

A orientação consolidada do TCU sobre habilitação técnica, especialmente a partir da Súmula nº 263 e dos precedentes sobre atestados de capacidade técnica, converge para a necessidade de critérios claros, proporcionais e verificáveis. Exigências de experiência anterior devem recair sobre parcelas relevantes do objeto e permitir aferição objetiva de similaridade, sob pena de converter a habilitação em juízo discricionário não auditável.

Esse vetor é plenamente compatível com o art. 5º da Lei nº 14.133/2021: a Administração deve tornar verificável a razão pela qual um documento demonstra capacidade técnica e outro não.

Sem matriz, a decisão fica reduzida a narrativa técnica não auditável, especialmente quando uma licitante foi habilitada por despacho sintético e as demais foram inabilitadas por blocos de fundamentos.

7. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

7.1. Quanto ao processamento do recurso

1) O conhecimento do presente recurso, por ser cabível e tempestivo, com manutenção do efeito suspensivo previsto no art. 168 da Lei nº 14.133/2021 até decisão final pela autoridade competente.

PROCESSO Nº 19848
FLS. 13
ASSINATURA E CARIMBO

2) A suspensão do prosseguimento do certame, inclusive adjudicação, homologação, assinatura de contrato, emissão de ordem de serviço ou prática de atos de execução, até julgamento final e fundamentado deste recurso.

3) Caso não haja reconsideração integral pelo Pregoeiro, a remessa do recurso à autoridade superior, com decisão motivada sobre cada tese e pedido, nos termos do art. 165, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Quanto à fase de habilitação técnica/jurídica

4) A reconsideração da decisão de inabilitação da INNOVA PSY, com reconhecimento de sua habilitação/reabilitação para o Lote 02, diante da suficiência técnica expressamente reconhecida pela Nota Técnica nº 002/2026/SUPARM/SESEG.

5) Subsidiariamente, caso não se reconheça desde logo a reabilitação da INNOVA para o Lote 02, que seja anulada a decisão de afastamento da Recorrente nesse lote, determinando-se nova decisão específica, autônoma e motivada, com indicação precisa do fundamento de exclusão e sua proporcionalidade.

6) A reavaliação da habilitação da L&R STAFF LTDA, com apresentação de motivação individualizada, requisito por requisito e lote por lote, especialmente quanto ao atestado emitido pelo Município de Araruama, à individualização dos profissionais, à experiência em capacitação vinculada ao porte funcional, ao estande, à estrutura, às armas, às munições e à eventual vistoria confirmatória.

7) O reconhecimento de que a Administração não pode utilizar informação interna, institucional ou de conhecimento prévio para suprir lacuna documental da L&R sem registrar formalmente tal informação nos autos e sem conceder à INNOVA oportunidade equivalente de comprovar fatos preexistentes.

8) A realização de diligência isonômica quanto à experiência profissional de André Luis Vieira Rebeque em APH tático/instrução de forças de segurança, limitada à confirmação de fatos preexistentes à abertura do certame.

9) A realização de diligências, nos limites do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, para esclarecimento de documentos já apresentados ou condições preexistentes, especialmente: atestados de São Pedro da Aldeia e Casimiro de Abreu, dados do signatário e documentos do CT Belli, características das raias e demais pontos cuja existência material anterior esteja indicada nos autos.

10) Que eventuais diligências sobre estrutura, alojamento, refeitório, armas e munições sejam expressamente limitadas à confirmação de condições preexistentes e a documentos já indicados nos autos, vedada qualquer criação posterior de capacidade técnica.

11) A elaboração e juntada de matriz comparativa de habilitação técnica, por licitante e por lote, contendo: requisito editalício, documento exigido, documento apresentado, conclusão, fundamento da aceitação/rejeição, diligência admitida ou recusada e impacto sobre o respectivo lote.

12) A reabertura do contraditório após a juntada da matriz comparativa e dos documentos de motivação da habilitação da L&R.

PROCESSO Nº 19848
FLS. 14
ASSINATURA E CARIMBO

13) Se constatado que a L&R foi habilitada com base em documentos insuficientes, informações não formalizadas, compromissos condicionados, ausência de prova objetiva de disponibilidade ou critérios não aplicados aos demais licitantes, requer-se sua inabilitação ou, subsidiariamente, a anulação de sua habilitação com reabertura da análise técnica.

7.3. Quanto à fase de lances e competitividade

14) O reconhecimento de que a fase de lances não deve prosseguir, nem produzir efeitos adjudicatórios/homologatórios, enquanto não sanados os vícios da fase de habilitação.

15) A anulação da fase de lances do Lote 02, caso reconhecido que a INNOVA PSY deveria ter permanecido habilitada para esse lote ou que sua exclusão careceu de fundamento autônomo.

16) A anulação da fase de lances dos demais lotes, caso reconhecida a inabilitação da L&R ou a necessidade de reabertura da análise técnica com possível alteração dos licitantes habilitados.

17) A repetição da fase competitiva apenas após definição regular dos licitantes habilitados, preservando-se a competitividade, a isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa.

7.4. Quanto à proposta comercial e aos logs da plataforma

18) A juntada dos registros de auditoria da LICITANET, contendo, no mínimo: nome dos arquivos anexados por cada licitante; campo de upload; data e hora de upload; data e hora de disponibilização; usuários que visualizaram, acessaram ou baixaram documentos de proposta; e momento em que cada informação econômica ficou disponível.

19) Caso os logs demonstrem inexistência de acesso antecipado por concorrente remanescente, requer-se que a Administração reavalie a proporcionalidade da exclusão global da INNOVA, especialmente quanto ao Lote 02.

20) Caso os logs demonstrem acesso antecipado pela L&R ou por concorrente remanescente, requer-se o reconhecimento de contaminação da fase competitiva e a anulação dos atos subsequentes, com repetição da fase de lances a partir do marco necessário para recompor a isonomia.

21) Caso não seja possível auditar os acessos, requer-se que a dúvida sobre a integridade do sigilo seja enfrentada por decisão motivada, preservando-se a competitividade e evitando que a falha de rastreabilidade beneficie a licitante que permaneceu sozinha ou em condição privilegiada na fase de lances.

7.5. Pedidos subsidiários finais

22) Subsidiariamente, caso a Administração entenda não ser possível sanar os vícios por reavaliação, diligência isonômica, matriz comparativa e repetição parcial da fase de lances, requer-se a anulação da fase de habilitação técnica, com reabertura do julgamento técnico de todas as licitantes.

23) Em última subsidiariedade, se os vícios forem considerados insanáveis e contaminarem a competitividade de todos os lotes, requer-se a anulação do certame, nos termos do art. 71 da Lei nº

PROCESSO Nº 19848
FLS. 15
ASSINATURA E CARIMBO

14.133/2021, com indicação expressa das consequências jurídicas e administrativas, conforme arts. 20 e 21 da LINDB.

8. REQUERIMENTOS DE ACESSO E PROVA ADMINISTRATIVA

Requer-se, ainda, a disponibilização integral e legível dos seguintes elementos, assegurada vista à Recorrente:

(a) íntegra da Nota Técnica nº 002/2026/SUPARM/SESEG em formato pesquisável ou cópia integral legível;

(b) eventual matriz de julgamento técnico já existente;

(c) documentos utilizados para afirmar a disponibilidade de armas e munições da L&R, incluindo telas SISCORP, CRAF, data de emissão, titularidade, calibres e quantidades;

(d) documentos utilizados para suprir a individualização de profissionais da L&R com base em informação da Administração;

(e) documentos relativos ao atestado emitido pelo Município de Araruama em favor da L&R, inclusive identificação dos agentes emissores;

(f) logs e registros técnicos da LICITANET;

(g) mensagens, atas, pareceres, despachos e documentos técnicos que tenham embasado a habilitação da L&R e a inabilitação da INNOVA.

9. REFERÊNCIAS NORMATIVAS, JURISPRUDENCIAIS E DOUTRINÁRIAS

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 37, caput e XXI.

Lei nº 14.133/2021, especialmente arts. 5º, 11, 12, III, 17, § 1º, 59, 62, 63, 64, 67, 71, 165 e 168.

Decreto-Lei nº 4.657/1942 — LINDB, arts. 20 e 21.

Tribunal de Contas da União, Acórdão 1.211/2021-Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, sessão de 26/05/2021 — diligência, documento comprobatório de condição preexistente e dever de motivação registrada.

Tribunal de Contas da União, Acórdão 2.443/2021-Plenário, Rel. Min.-Subst. Augusto Sherman — linha de entendimento sobre formalização posterior de documento que comprova condição preexistente.

Tribunal de Contas da União, Acórdão 2.673/2021-Plenário, Rel. Min. Jorge Oliveira — documento ausente comprobatório de condição preexistente e primazia do resultado útil do certame.

Tribunal de Contas da União, Súmula nº 263 — qualificação técnico-operacional limitada a parcelas relevantes e proporcionais.

PROCESSO Nº 19848
FLS. 16
ASSINATURA E CARIMBO

Tribunal de Contas da União, Acórdão 298/2024-Plenário — experiência anterior semelhante ou de complexidade superior, não necessariamente idêntica.

Tribunal de Contas da União, Acórdão 736/2024-Plenário — impropriedade de requisitos de atestado sem previsão legal/editalícia suficiente.

Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Processo nº 106.956-8/22; Súmula TCE-RJ nº 10/2022 — comprovação de qualificação técnico-profissional e admissibilidade de declaração de compromisso/disponibilidade.

Superior Tribunal de Justiça, REsp 1.894.069/SP, Segunda Turma, Rel. Min. Assusete Magalhães, julgado em 15/06/2021 — diligência não autoriza substituição de documento essencial que deveria constar originariamente da habilitação.

Superior Tribunal de Justiça, REsp 1.356.260/SC, Segunda Turma, Rel. Min. Humberto Martins, julgado em 07/02/2013, DJe 19/02/2013 — licitação como instrumento de isonomia e de preservação do interesse público primário.

Superior Tribunal de Justiça, AgInt no RMS 61.892/MG, Primeira Turma, Rel. Min. Regina Helena Costa, DJe 01/07/2021 — vinculação ao edital como regra de igualdade e segurança do certame.

Superior Tribunal de Justiça, RMS 69.281/CE, Primeira Turma, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 12/09/2023, DJe 19/10/2023 — impossibilidade de inabilitação por exigência técnica não prevista no edital.

Supremo Tribunal Federal, RMS 23.640/DF, Segunda Turma, Rel. Min. Maurício Corrêa, julgado em 16/10/2001 — vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo em matéria de proposta financeira.

Supremo Tribunal Federal, RE 668.810/SP — invalidade de distinções/exigências que criem restrição ou preferência não indispensável em licitação.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo — isonomia e discrímen legítimo.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas — julgamento objetivo, vinculação ao edital e controle da discricionariedade técnica.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo — motivação e controle dos atos administrativos.

NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo — formalismo moderado e finalidade da documentação.

MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo; Direito Administrativo Brasileiro — vinculação ao edital e julgamento objetivo.

PROCESSO Nº 19848
FLS. 17
ASSINATURA E CARIMBO

10. FECHO

Diante de todo o exposto, requer-se a reconsideração da decisão recorrida para reabilitar a INNOVA PSY no Lote 02, reavaliar a habilitação da L&R STAFF LTDA e impedir o prosseguimento da fase de lances/adjudicação enquanto não saneados os vícios de habilitação, motivação, isonomia, julgamento objetivo e competitividade.

Caso não haja reconsideração, requer-se o encaminhamento à autoridade superior, com manifestação específica e fundamentada sobre todos os pedidos formulados.

Nesses termos, pede deferimento.

São Pedro da Aldeia/RJ, 15 de setembro de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
ADELAIDE ABADIA DE LIMA FELIX
Data: 15/09/2026 08:26:43-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ADELAIDE ABADIA DE LIMA FÉLIX

Administradora da INNOVA PSY PSICOLOGIA E SAÚDE LTDA

CNPJ nº 22.162.207/0001-03

PROCESSO Nº 179848
FLS. 18
ASSINATURA E CARIMBO

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Araruama
Divisão de Protocolo

FOLHA DE ENCAMINHAMENTO DE PROCESSO

Nº do Processo: 19848

Número de Folhas 19

A/AO Comlí

Encaminhamos para apreciação e/ou providências.

Araruama 16 / 09 / 2026.

Assinatura do Funcionário

À SESEG,

ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO – ANÁLISE TÉCNICA COMPLEMENTAR
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 042/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16.356/2025

Considerando o recurso administrativo interposto pela empresa **INNOVA PSY PSICOLOGIA E SAÚDE LTDA**, no âmbito do Pregão Eletrônico SRP nº 042/2026, bem como as contrarrazões apresentadas pela empresa **L&R STAFF LTDA**, encaminham-se os autos a essa Secretaria para análise e manifestação técnica complementar acerca das alegações de natureza eminentemente técnica deduzidas em sede recursal, especialmente aquelas que se contrapõem às constatações e conclusões consignadas na Nota Técnica nº 002/2026/SUPARM/SESEG.

A manifestação deverá examinar, de forma individualizada, objetiva e fundamentada, os argumentos técnicos apresentados pela recorrente, confrontando-os com as exigências estabelecidas no Edital e no Termo de Referência, com a documentação originalmente apresentada pelas licitantes e com os fundamentos adotados na análise técnica anteriormente produzida.

Deverão ser apreciadas, especialmente, as alegações destinadas a afastar as insuficiências técnicas apontadas em relação aos Lotes 01 e 03, inclusive aquelas relacionadas à experiência técnico-operacional apresentada, à correspondência dessa experiência com as finalidades específicas exigidas no instrumento convocatório, à experiência e qualificação dos profissionais indicados, à disponibilidade das estruturas e ambientes de apoio, à regularidade e suficiência dos estandes, à disponibilidade de armamentos e munições e aos demais aspectos técnicos impugnados pela recorrente.

Deverá ser enfrentada, em particular, a alegação de que determinados elementos relativos à qualificação da **L&R STAFF LTDA** teriam recebido tratamento técnico diverso daquele conferido à documentação da recorrente, inclusive quanto à utilização de informações ou elementos complementares para aferição da experiência de profissionais e da capacidade técnica. Solicita-se que a SESEG esclareça objetivamente os critérios utilizados em cada situação e informe se, à luz das razões recursais, mantém a conclusão de que houve tratamento técnico uniforme e compatível com as exigências do instrumento convocatório.

Caso, no exame das alegações recursais, essa Secretaria identifique que determinada insuficiência anteriormente apontada decorre de mera deficiência documental ou de necessidade de esclarecimento acerca de condição técnica

preexistente, e não da ausência material da própria condição exigida, deverá indicar expressamente essa circunstância. Caso entenda necessária a realização de diligência para adequada conclusão da análise técnica, deverá requerê-la de forma fundamentada, delimitando objetivamente os fatos, informações ou elementos técnicos que necessitem de esclarecimento ou complementação e indicando, sempre que possível, sua relação com a documentação originalmente apresentada.

Antes de requerer a diligência, deverá a unidade técnica avaliar sua efetiva utilidade para o resultado da análise, indicando expressamente se o eventual esclarecimento ou comprovação do ponto objeto da diligência possui aptidão para modificar, total ou parcialmente, a conclusão técnica anteriormente alcançada em relação ao respectivo lote. Caso subsistam outras insuficiências autônomas que, independentemente do resultado da diligência cogitada, sejam suficientes para a manutenção da conclusão técnica desfavorável, essa circunstância deverá igualmente ser consignada, com a correspondente fundamentação.

Caberá ao Pregoeiro apreciar a admissibilidade e a pertinência da diligência à luz do Edital e da legislação aplicável e, caso acolhida, determinar

sua realização e promover a correspondente convocação da licitante pelo meio processualmente adequado.

Caso sejam mantidas as conclusões desfavoráveis anteriormente adotadas para os Lotes 01 e 03, solicita-se que sejam identificados, sempre que possível, o requisito técnico correspondente, a documentação examinada e as razões pelas quais os argumentos recursais não são suficientes para modificar a conclusão técnica anteriormente alcançada.

Especificamente quanto ao Lote 02, registra-se que a Nota Técnica nº 002/2026/SUPARM/SESEG reconheceu a suficiência da documentação técnica apresentada pela **INNOVA PSY PSICOLOGIA E SAÚDE LTDA**, razão pela qual não constitui objeto desta remessa a revisão dessa conclusão técnica, salvo se a própria análise das alegações recursais revelar questão técnica nova que demande esclarecimento. A inabilitação da recorrente nesse lote decorreu de fundamento distinto, de natureza jurídico-procedimental, relacionado à apresentação antecipada da proposta comercial, cuja consequência sobre o certame será apreciada pelo Pregoeiro no julgamento do recurso.

Quanto às alegações recursais relativas à apresentação antecipada da proposta comercial pela **INNOVA PSY PSICOLOGIA E SAÚDE LTDA**, considerando que a manifestação anteriormente emitida por essa Secretaria

registrou expressamente a ocorrência e consignou a quebra do sigilo da proposta e a inobservância das disposições editalícias pertinentes, solicita-se que a SESEG examine os argumentos deduzidos pela recorrente e informe, de forma expressa e fundamentada, se mantém ou retifica as constatações e conclusões anteriormente consignadas em sua manifestação. Na hipótese de retificação, total ou parcial, das constatações ou conclusões anteriormente lançadas, a alteração deverá ser devidamente motivada e amparada em elementos técnicos e documentais constantes dos autos, com a indicação objetiva das razões e dos elementos que justifiquem a revisão do entendimento anteriormente manifestado.

Registra-se, para adequada delimitação da análise, que o documento apresentado pela recorrente no campo destinado à documentação de habilitação é expressamente denominado "PROPOSTA DE PREÇOS", identifica o Processo nº 16.356/2025 e o Pregão Eletrônico nº 042/2026 e contém os valores comerciais ofertados. O documento também identifica a **INNOVA PSY PSICOLOGIA E SAÚDE LTDA** e apresenta valor global da proposta de R$ 2.967.180,00.

Esclarece-se que não se solicita à SESEG pronunciamento acerca da consequência jurídico-procedimental decorrente dessa ocorrência, tampouco acerca do provimento ou desprovimento do recurso, matérias cuja apreciação e

decisão permanecem reservadas ao Pregoeiro. A manifestação solicitada restringe-se ao enfrentamento das alegações técnicas recursais e ao esclarecimento das constatações e conclusões anteriormente formuladas pela própria unidade.

Ao final, solicita-se manifestação conclusiva, informando expressamente se, diante dos argumentos e documentos invocados no recurso e nas contrarrazões, essa Secretaria mantém, complementa ou retifica, total ou parcialmente, as conclusões técnicas constantes da Nota Técnica nº 002/2026/SUPARM/SESEG, com a correspondente fundamentação.

Após, retornem os autos ao Setor de Licitações, para prosseguimento da análise e julgamento do recurso administrativo.

Araruama, 21 de setembro de 2026.

[redacted]

CAIO BENITES RANGEL
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

MANIFESTAÇÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR

Processo Administrativo nº 16.356/2025

Pregão Eletrônico SRP nº 042/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para capacitação, formação, treinamento, aperfeiçoamento e atividades correlatas destinadas à Guarda Civil Municipal.

Interessadas: INNOVA PSY Psicologia e Saúde Ltda. e L&R Staff Ltda.

Assunto: Reexame técnico das razões recursais, contrarrazões, documentos de habilitação e conclusões da Nota Técnica nº 002/2026/SUPARM/SESEG.

I. OBJETO E DELIMITAÇÃO DA MANIFESTAÇÃO

A presente manifestação técnica complementar é emitida em atendimento ao encaminhamento do Pregoeiro para reexaminar as alegações de natureza técnica apresentadas pela empresa INNOVA PSY Psicologia e Saúde Ltda. em suas razões recursais, as contrarrazões apresentadas pela empresa L&R Staff Ltda., a documentação de habilitação das participantes, a Nota Técnica nº 002/2026/SUPARM/SESEG, o Edital e o Termo de Referência.

O reexame técnico confirma as conclusões anteriormente emitidas. A documentação da INNOVA não demonstra o atendimento integral aos requisitos técnicos exigidos para os Lotes 1 e 3, permanecendo reconhecida a suficiência técnica quanto ao Lote 2. As alegações apresentadas contra a habilitação técnica da L&R não evidenciam desconformidade concreta com os requisitos aplicáveis aos Lotes 1, 2 e 3. Também não se identifica diligência tecnicamente útil e capaz de modificar as conclusões anteriormente alcançadas.

II. DOS CRITÉRIOS TÉCNICOS PREVISTOS NO EDITAL E NO TERMO DE REFERÊNCIA

O Edital adotou inversão de fases e estabeleceu que a habilitação das licitantes deveria ser examinada antes da abertura e análise das propostas comerciais. Os itens 8.1, 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3 justificam essa opção pela necessidade de aferição prévia da capacidade operacional das participantes, especialmente quanto à experiência institucional, à disponibilidade de profissionais, à estrutura física, à regularidade de estandes de tiro, à existência de recursos de armamento e munições e às condições necessárias para a execução segura dos serviços.

A inversão de fases evidencia que a Administração deve verificar previamente se a empresa possui condições técnicas reais e demonstradas para executar o objeto. Não se trata de exigir propriedade exclusiva de todos os recursos, de impor modelo único de comprovação ou de antecipar obrigações próprias da execução contratual. Trata-se de verificar se os documentos apresentados comprovam, de forma suficiente, a disponibilidade, a regularidade e a compatibilidade dos meios técnicos necessários ao atendimento do objeto.

O item 12.4.1 do Edital exige prova de aptidão técnico-operacional compatível com o objeto licitado. Os subitens 12.4.1.1 a 12.4.1.6 estabelecem os parâmetros relativos à experiência institucional, aos atestados, aos profissionais, aos credenciamentos, às autorizações e aos registros exigíveis. A análise técnica deve verificar se a documentação demonstra capacidade efetiva para execução dos serviços, não sendo bastante a apresentação de referência genérica a cursos, certificados isolados, declarações desacompanhadas de suporte documental ou disponibilidade futura não comprovada.

O item 8.1.4 do Edital admite diligência para esclarecimento ou complementação da instrução, nos limites legalmente cabíveis. A diligência pode ser útil para confirmar informação constante de documento já apresentado ou esclarecer fato técnico preexistente. Não é instrumento para permitir substituição de profissional, apresentação posterior de nova estrutura, alteração de quantitativos, criação de disponibilidade material ou formação posterior de capacidade que deveria estar demonstrada na habilitação.

III. DA SITUAÇÃO TÉCNICA DA INNOVA NO LOTE 2

A Nota Técnica nº 002/2026/SUPARM/SESEG reconheceu suficiência técnica da INNOVA no Lote 2, relacionado às avaliações psicológicas. A análise anterior não identificou insuficiência de qualificação profissional, credenciamento, experiência ou capacidade operacional relativa às atividades específicas desse lote.

A documentação identifica Adelaide Abadia de Lima Félix, CRP 05/25497, com documentação profissional e credenciamento perante a Polícia Federal, além de elementos de experiência em avaliações psicológicas relacionadas à aptidão e ao porte institucional de arma de fogo. Os fundamentos técnicos discutidos quanto à experiência institucional armada, à estrutura de estande, aos ambientes de apoio, à disponibilidade de armamentos e ao dimensionamento de munições dizem respeito aos Lotes 1 e 3 e não podem ser transportados automaticamente para o Lote 2.

A Nota Técnica registrou, ainda, como fato documental, a presença de arquivo denominado "Proposta de Preços", identificado com a INNOVA e contendo valor global, no conjunto apresentado no campo destinado à habilitação. Esse registro não altera a conclusão técnica de suficiência do Lote 2. A apreciação de eventual consequência procedimental, de sigilo, de acesso, de exclusão, de reabilitação ou de efeito recursal não integra a competência desta unidade técnica e permanece submetida ao Pregoeiro.

Esta unidade técnica registra, portanto, que não identificou insuficiência de habilitação técnica da INNOVA no Lote 2. A apreciação de outros fundamentos eventualmente constantes dos autos, bem como de seus efeitos procedimentais, não integra a presente análise técnica.

IV. DA EXPERIÊNCIA TÉCNICO-OPERACIONAL APRESENTADA PELA INNOVA NO LOTE 1

A INNOVA sustenta que os atestados emitidos pelos Municípios de Casimiro de Abreu e São Pedro da Aldeia comprovam sua capacidade técnico-operacional para o Lote 1. A documentação registra experiências em formação e aperfeiçoamento de Guardas Municipais, com referência à Matriz Curricular SENASP, treinamento operacional e atividades relacionadas a Instrutor de Armamento e Tiro e Armeiro.

A análise técnica não desconsiderou a existência de experiência anterior da INNOVA. Também não condicionou sua validade à existência de contratação onerosa, nem tratou a ausência de acordo de cooperação técnica com a Polícia Federal, qualificado como preferencial, como requisito eliminatório isolado. O ponto identificado é a insuficiência de comprovação da correspondência material entre as atividades certificadas e a finalidade institucional específica exigida para o objeto.

Os atestados comprovam a realização dos cursos e a participação técnico-pedagógica da empresa, mas não demonstram de forma inequívoca que as experiências certificadas integraram procedimento institucional de habilitação ou manutenção do porte funcional. A referência à Matriz SENASP, às normas da Polícia Federal e ao treinamento de integrantes de Guardas Municipais constitui elemento relevante, porém não substitui a demonstração objetiva da finalidade específica exigida pelo item 12.4.1.2 do Edital.

A conclusão também não se baseia em identidade aritmética entre a carga horária de experiências anteriores e a do serviço futuro. A análise considera conteúdo, complexidade,

finalidade e aderência material. A limitação documental permanece centrada na correspondência entre os serviços atestados e a finalidade institucional do porte funcional.

A eventual confirmação de aspecto isolado dos atestados somente seria tecnicamente útil se os documentos já apresentados permitissem identificar dado objetivo, preexistente e passível de esclarecimento. Ainda assim, a confirmação desse ponto, por si só, não modificaria a conclusão do Lote 1, pois subsistem fundamentos técnicos autônomos relacionados à experiência do profissional de atendimento pré-hospitalar, à estrutura e aos ambientes de apoio do C.T. Belli e à comprovação da disponibilidade material de armamentos e munições.

V. DA EXPERIÊNCIA DO PROFISSIONAL DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR INDICADO PELA INNOVA

A documentação apresentada pela INNOVA indica André Luis Vieira Rebeque para as atividades de atendimento pré-hospitalar. Foram considerados o diploma de Enfermagem, os certificados de formação relacionados à emergência e ao atendimento pré-hospitalar e a declaração profissional de atuação como instrutor.

A qualificação técnica na área de saúde está demonstrada. O Termo de Referência, contudo, exige também experiência comprovada na instrução de forças de segurança. Os documentos apresentados não individualizam, com a extensão necessária, instituição atendida, turma, período e atividade docente efetivamente exercida, elementos que permitiriam verificar objetivamente a experiência específica exigida.

A questão não corresponde à inexistência de formação ou à desconsideração dos certificados juntados. A insuficiência recai sobre a individualização documental da experiência docente específica para forças de segurança, requisito material distinto da qualificação profissional geral em Enfermagem e atendimento pré-hospitalar.

A alegação de tratamento desigual entre André Luis Vieira Rebeque e Leonardo Gonçalves Velasco foi reexaminada. No caso de Leonardo, a referência institucional a curso anterior foi considerada em conjunto com a qualificação profissional, os credenciamentos e o instrumento de disponibilidade; no caso de André, a insuficiência permaneceu restrita à individualização documental da experiência docente específica exigida.

A eventual diligência destinada apenas a ampliar a descrição da experiência de André Luis Vieira Rebeque não poderia constituir atividade docente pretérita, substituir profissional ou

produzir prova material inexistente à época da habilitação. Ainda que fosse admissível esclarecimento restrito, subsistiriam os demais fundamentos técnicos autônomos do Lote 1.

VI. DA ESTRUTURA DO C.T. BELLI, DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E DOS INSTRUMENTOS DE DISPONIBILIDADE APRESENTADOS PELA INNOVA

A documentação apresentada pela INNOVA relativamente ao C.T. Belli Centro de Treinamento e Clube de Tiro foi examinada em conjunto. Foram considerados o contrato de disponibilização vinculado ao Pregão Eletrônico nº 042/2026, o Certificado de Registro, a ART, o Plano de Segurança, o alvará, a documentação do Corpo de Bombeiros, o contrato social e os registros fotográficos.

O Edital não exige que a licitante seja proprietária exclusiva do estande e não impõe modelo documental único para comprovação da infraestrutura. A exigência técnica é que a estrutura indicada seja demonstrada como existente, regular, disponível, segura e compatível com a realização das atividades do objeto, com comprovação suficiente da legitimidade do instrumento de disponibilização e dos ambientes necessários à execução.

O CR nº 187209, com validade até 10/07/2028, contempla atividades de capacitação com arma de fogo e capacitação com munição. A documentação também apresenta elementos relevantes de segurança e regularidade. O contrato declara a existência de dez raias de vinte metros e dez raias de cinquenta metros, embora o anexo destinado à descrição física contenha campos de quantidade e comprimento não preenchidos. Essa circunstância não equivale à ausência total de prova, mas limita a individualização documental da estrutura.

Também foi registrada divergência documental na qualificação do responsável que subscreveu o contrato de disponibilização. Os documentos societários e outros registros do C.T. Belli reproduzem determinado conjunto de dados de Felipe Carlos Belli, enquanto o contrato apresentado para o certame contém dados civis divergentes. A insuficiência decorre da contradição interna não esclarecida no conjunto examinado e não da imposição de forma documental exclusiva.

Nos documentos relativos ao complexo foram identificados estande, salas de aula, instalações sanitárias, áreas administrativas e outros ambientes relacionados ao treinamento. Não foi localizada comprovação suficiente da disponibilidade previamente assegurada de alojamento e refeitório com suporte material pertinente. A análise não condiciona a habilitação à existência

de cozinha própria como requisito autônomo, mas exige demonstração dos ambientes efetivamente previstos no instrumento convocatório.

A INNOVA não demonstrou que a Nota Técnica tenha desconsiderado documento capaz de eliminar, de forma integrada, as lacunas registradas quanto à formalização da disponibilidade, à individualização de determinados elementos da estrutura e aos ambientes de apoio. A existência de documentos relevantes não impede a conclusão de que o conjunto, considerado em sua totalidade, não comprovou integralmente as condições técnicas necessárias aos Lotes 1 e 3.

VII. DA DISPONIBILIDADE E DO DIMENSIONAMENTO DE ARMAS E MUNIÇÕES APRESENTADOS PELA INNOVA

A documentação da INNOVA relativa a armas e munições foi analisada em conjunto com os instrumentos de disponibilidade e os documentos dos profissionais indicados. A instrução reconheceu a existência de referência declaratória a acervo de armas e não exige propriedade exclusiva de todos os recursos, relação exaustiva de CRAF ou estoque anual integral antecipado.

Foi identificada relação declaratória de sete armas vinculada ao currículo de Edson Junior Lima Aureliano, sob indicação de acervo disponível para instrução e treinamento. A ficha profissional e o termo de compromisso demonstram a atuação do profissional na INNOVA, mas não individualizam instrumento pelo qual o titular assegure expressamente a utilização desse acervo pela licitante na execução do objeto específico do certame.

A insuficiência identificada é de disponibilidade contratual e de dimensionamento. Também não foi localizado demonstrativo quantitativo de munições, estoque, capacidade de fornecimento ou elemento equivalente que permitisse aferir, com segurança suficiente, a compatibilidade dos recursos com o número de participantes, a carga prática, os calibres, o número de disparos e a continuidade das atividades previstas.

Os itens 8.1.2, inciso V, e 12.4.1.6 do Edital, considerados em conjunto com o Termo de Referência, exigem comprovação de disponibilidade compatível de armamentos e munições. O prazo de mobilização previsto para a execução não elimina a necessidade de que a empresa demonstre, na fase de habilitação, capacidade material ou instrumentos de disponibilização aptos a assegurar o atendimento da demanda contratual.

Não se identifica diligência tecnicamente útil para permitir apresentação posterior de novo compromisso de cessão, alteração de quantitativos, complementação posterior do

dimensionamento ou constituição de disponibilidade material não comprovada na habilitação. A eventual diligência somente poderia esclarecer informação já constante de documento suficiente e referente a condição preexistente, não podendo suprir insuficiência material de prova.

VIII. DA MANUTENÇÃO DA CONCLUSÃO TÉCNICA DESFAVORÁVEL À INNOVA NO LOTE 1

A insuficiência técnica da INNOVA no Lote 1 não decorre de falha única, de exigência formal isolada ou de interpretação restritiva de documento específico. A conclusão resulta de fundamentos autônomos e convergentes relativos à aderência da experiência técnico-operacional à finalidade institucional exigida, à comprovação da experiência docente específica do profissional de atendimento pré-hospitalar, à formalização e integralidade da estrutura indicada e à demonstração da disponibilidade material e quantitativa de armamentos e munições.

A documentação comprovou elementos relevantes: experiências anteriores de formação, referência à Matriz SENASP, profissionais credenciados, qualificação de Armeiro e módulo jurídico, além de parte substancial da documentação do C.T. Belli. Esses elementos foram reconhecidos. Permaneceram, contudo, lacunas materiais que impedem concluir pelo atendimento integral dos requisitos técnicos do lote.

Cada fundamento apresenta relevância técnica própria. A eventual confirmação restrita de um único ponto não afasta os demais. A Administração não pode presumir a finalidade institucional específica da experiência, a experiência docente individualizada, a disponibilidade integral da estrutura ou a suficiência dos recursos materiais quando o conjunto documental não permite essa confirmação objetiva.

Mantém-se, assim, a conclusão de insuficiência técnica da INNOVA no Lote 1.

IX. DA MANUTENÇÃO DA CONCLUSÃO TÉCNICA DESFAVORÁVEL À INNOVA NO LOTE 3

A insuficiência técnica da INNOVA no Lote 3 decorre da ausência de comprovação bastante das estruturas, dos ambientes de apoio, dos recursos operacionais e das condições materiais exigidas para a execução do objeto específico do lote. A análise não se apoia em presunção de incapacidade, mas na insuficiência do acervo documental para demonstrar, de maneira integrada e verificável, as condições exigidas para atendimento regular da demanda contratual.

O Lote 3 possui objeto, requisitos e elementos de comprovação próprios. A conclusão desfavorável não resulta automaticamente das questões examinadas no Lote 1. Foram reconhecidos a existência e a regularidade registral do C.T. Belli e o suporte técnico parcial da estrutura; permanecem, entretanto, as questões relativas à formalização da disponibilidade, aos ambientes de apoio, à disponibilidade material de armamentos e munições e às demais condições materiais exigidas para a execução do objeto específico do lote.

A recorrente não demonstrou que documento específico tenha sido ignorado ou interpretado em desconformidade com o Edital de modo capaz de afastar essas insuficiências. A alegação de que a empresa dispõe de experiência e poderia organizar os recursos necessários não substitui a demonstração documental prévia da capacidade operacional exigida na habilitação.

Não se identifica diligência tecnicamente útil para modificar a conclusão relativa ao Lote 3. A diligência não poderia ser utilizada para permitir apresentação posterior de estrutura, ambiente de apoio, instrumento de disponibilidade ou condição material que deveria estar demonstrada na fase de habilitação.

Mantém-se, portanto, a conclusão de insuficiência técnica da INNOVA no Lote 3.

X. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA DA L&R NO LOTE 1

As alegações da INNOVA contra a L&R foram examinadas em confronto com os documentos apresentados pela empresa e com os requisitos técnicos previstos no Edital. O reexame confirma que a L&R apresentou documentação apta a demonstrar capacidade técnico-operacional compatível com o Lote 1.

O Atestado de Capacidade Técnica emitido pela Guarda Civil de Araruama em 20 de agosto de 2026, analisado na Nota Técnica, certifica a execução satisfatória de serviços nos Processos nº 16.066/2020 e nº 20.185/2022. O documento registra formação de Guardas, carga horária de cento e sessenta horas, quantidade mínima prevista de quatrocentos disparos, observância da Matriz SENASP, avaliação para porte institucional, atividades de atendimento pré-hospitalar, formação de instrutores de armamento e tiro e avaliação psicológica por profissional credenciado.

O atestado certifica serviço já executado e apresenta conteúdo compatível com as atividades exigidas no Lote 1. A emissão do documento pela Guarda Civil de Araruama permite aferição da experiência efetivamente prestada. A INNOVA não demonstrou que o atestado seja

inidôneo, que os serviços certificados não tenham sido executados ou que seu conteúdo seja incompatível com o requisito técnico aplicável.

A alegação específica relativa a Leonardo Gonçalves Velasco foi examinada no Capítulo V, no qual se esclarece o conjunto documental considerado e a ausência de valoração autônoma de informação informal.

Os documentos referentes aos instrutores de armamento e tiro foram examinados juntamente com seus credenciamentos e instrumentos de disponibilidade. Para o módulo jurídico, foi considerada formação acadêmica e especializações compatíveis com o item 12.4.1.5 do Edital. A INNOVA não demonstrou falha documental concreta capaz de afastar o atestado empresarial, os credenciamentos, os instrumentos de disponibilidade ou as qualificações profissionais examinadas.

Mantém-se a conclusão favorável à habilitação técnica da L&R no Lote 1.

XI. DA ESTRUTURA, DOS ARMAMENTOS E DAS MUNIÇÕES DA L&R NO LOTE 1

A estrutura disponibilizada pela L&R foi analisada na Nota Técnica. Foram considerados o contrato de comodato do Clube de Tiro Cardosense, o Certificado de Registro nº 142464, os documentos de constituição e representação, o relatório técnico, a ART nº 2020260274228 e as fotografias apresentadas.

A análise identificou dez raias para armas curtas, com extensão igual ou superior a vinte metros, onze raias para armas longas de cem metros e ambientes de apoio. A Nota Técnica registrou coerência entre os poderes de representação e os instrumentos apresentados. A instrução não exigiu documento autônomo não previsto no Edital, nem atribuiu à ART, isoladamente, a prova de todos os elementos físicos da estrutura.

A instrução identificou o Certificado de Registro nº 3005388 da L&R, os instrumentos de disponibilização de armamentos, a relação de trinta e uma armas e os registros correspondentes. Quanto às munições, a Nota Técnica considerou suficiente o quantitativo de trinta e duas mil duzentas e cinquenta e cinco unidades vinculado à empresa no SISGCORP, examinado em conjunto com os demais documentos apresentados.

A conclusão favorável não decorre de presunção de disponibilidade e não exige propriedade exclusiva de todos os armamentos, estoque anual integral antecipado ou número

mínimo de trinta e uma armas. A análise considerou os instrumentos de disponibilização, os registros apresentados, os meios identificados e o dimensionamento necessário ao objeto.

No reexame técnico, não foram identificados ausência de poderes de representação, inexistência da estrutura, irregularidade dos registros ou impedimento concreto à utilização dos meios documentados pela L&R. Mantém-se a conclusão favorável quanto à estrutura, aos armamentos e às munições da L&R no Lote 1.

XII. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA DA L&R NOS LOTES 2 E 3

No Lote 2, a Nota Técnica identificou Lívia Velasco Panisset dos Passos, inscrita no CRP sob o nº 5/41207, com credenciamento pela Portaria nº 93/2023 e instrumento contratual de disponibilidade. Esses documentos foram avaliados em conjunto com a experiência descrita no atestado técnico apresentado pela L&R. No reexame não foram identificados ausência de registro profissional, inexistência de credenciamento, inadequação do instrumento de disponibilidade ou incompatibilidade da profissional indicada com a exigência técnica do lote.

No Lote 3, a Nota Técnica registrou estrutura e disponibilidade continuada para duzentas e setenta utilizações anuais, distinguindo os profissionais vinculados à L&R do técnico de armamento e tiro da Guarda Civil que acompanha o uso institucional do estande. As conclusões favoráveis relativas à empresa abrangem os três lotes e se apoiam no conjunto documental examinado.

A alegação de que seria necessária vistoria confirmatória não demonstra insuficiência da documentação de habilitação. A eventual vistoria possui natureza confirmatória e não substitui a análise dos documentos exigidos pelo Edital. No reexame não foi identificada dispensa de requisito técnico, aceitação de documento incompatível ou emprego, em favor da L&R, de critério diverso daquele aplicado às demais licitantes.

Não se identifica diligência tecnicamente útil em relação à L&R. Os questionamentos apresentados não revelam dúvida concreta sobre documento específico que possua potencial para alterar a conclusão técnica. Não se justifica reabrir a habilitação da licitante para investigação indeterminada ou para buscar irregularidade não demonstrada pela recorrente.

Mantém-se a conclusão favorável à habilitação técnica da L&R nos Lotes 2 e 3.

XIII. DA UNIFORMIDADE DOS CRITÉRIOS TÉCNICOS, DA ISONOMIA E DO JULGAMENTO OBJETIVO

A análise técnica aplicou os mesmos critérios previstos no Edital à INNOVA e à L&R. As duas empresas foram examinadas quanto à experiência operacional, à qualificação e disponibilidade de profissionais, à regularidade das estruturas indicadas, à disponibilidade de recursos materiais, aos registros, aos credenciamentos, aos armamentos, às munições e à aderência dos documentos ao objeto de cada lote.

A diferença entre as conclusões decorre do conteúdo, da individualização e da suficiência dos documentos efetivamente apresentados. No caso da INNOVA, foram identificadas insuficiências técnicas materiais nos Lotes 1 e 3, preservada a suficiência técnica no Lote 2. No caso da L&R, a documentação permitiu comprovar experiência institucional, profissionais qualificados e disponíveis, estrutura de estande documentada, registros de armamentos, disponibilidade de munições, profissional habilitada para as avaliações psicológicas e estrutura operacional relacionada ao Lote 3.

A alegação de tratamento desigual entre André Luis Vieira Rebeque e Leonardo Gonçalves Velasco foi examinada especificamente no Capítulo V. O reexame não identificou adoção de critério técnico distinto entre as licitantes.

A aplicação uniforme de critérios não impõe que documentos distintos recebam resultado idêntico. Exige que a Administração avalie todas as licitantes com base nos mesmos requisitos técnicos, sem criar exigência nova, dispensar seletivamente condição prevista ou adotar presunção desvinculada dos documentos. Não se identificou, na análise realizada, tratamento técnico assimétrico ou utilização de parâmetro distinto para a INNOVA e para a L&R.

As alegações de favorecimento ou tratamento desigual não foram acompanhadas de prova técnica concreta de dispensa de requisito à L&R ou de aceitação de documento em desconformidade com os parâmetros de habilitação. A inconformidade com o resultado técnico não comprova, por si, assimetria de tratamento.

XIV. DA UTILIDADE DE EVENTUAL DILIGÊNCIA

A diligência deve ser avaliada segundo sua capacidade de esclarecer ponto técnico específico, relacionado a informação já apresentada e existente à época da habilitação. Não é tecnicamente recomendável quando a providência tiver por finalidade permitir apresentação

posterior de prova essencial, constituição de capacidade material, substituição de documentos insuficientes ou reorganização de requisitos de habilitação.

Em relação à INNOVA, eventual esclarecimento limitado sobre um aspecto isolado — como a qualificação do signatário do instrumento do C.T. Belli ou a descrição de experiência profissional — não alteraria, por si só, a conclusão do Lote 1. Subsistiriam fundamentos autônomos relacionados à aderência da experiência técnico-operacional à finalidade exigida, aos ambientes de apoio e à demonstração da disponibilidade e do dimensionamento de armamentos e munições.

Em relação ao Lote 3, não foi identificado ponto documental único cuja confirmação pudesse modificar a conclusão relativa às estruturas, aos ambientes de apoio, aos recursos operacionais e às condições materiais exigidas. A diligência não seria apta a suprir, posteriormente, a comprovação de capacidade operacional que deveria ter sido demonstrada na habilitação.

Em relação à L&R, não foi identificada dúvida técnica concreta que justifique diligência. A documentação apresentada foi examinada e considerada suficiente, sem indicação de falha específica apta a modificar a conclusão favorável.

Não se recomenda, portanto, a realização de diligência técnica em favor da INNOVA ou contra a L&R.

XV. CONCLUSÃO TÉCNICA

Após o reexame das razões recursais, das contrarrazões, dos documentos de habilitação, da Nota Técnica nº 002/2026/SUPARM/SESEG, do Edital e do Termo de Referência, esta unidade técnica conclui que não foi identificado elemento técnico capaz de justificar retificação das conclusões anteriormente emitidas.

Mantém-se a conclusão de insuficiência técnica da INNOVA no Lote 1, diante da não comprovação suficiente da aderência de sua experiência técnico-operacional à finalidade institucional exigida, da insuficiente individualização da experiência docente do profissional indicado para atendimento pré-hospitalar, das lacunas relativas à estrutura e aos ambientes de apoio disponibilizados e da ausência de demonstração satisfatória da disponibilidade e do dimensionamento de armamentos e munições.

Mantém-se a conclusão de insuficiência técnica da INNOVA no Lote 3, diante da ausência de comprovação documental suficiente das estruturas, dos ambientes de apoio, dos

recursos operacionais e das condições materiais necessárias à execução do objeto específico do lote.

Registra-se que a Nota Técnica anterior não identificou insuficiência de habilitação técnica da INNOVA no Lote 2. A constatação factual relativa ao documento comercial apresentado no campo de habilitação permanece registrada, sem atribuição, por esta unidade técnica, de consequência jurídica ou procedimental.

Mantém-se a conclusão favorável à habilitação técnica da L&R nos Lotes 1, 2 e 3. As alegações da INNOVA não demonstraram desconformidade técnica concreta entre os documentos apresentados pela L&R e os requisitos previstos no Edital.

Não foram identificados elementos técnicos que evidenciem aplicação desigual de critérios, afastamento do julgamento objetivo ou tratamento assimétrico entre as participantes.

Não se recomenda diligência técnica, pois eventual esclarecimento sobre ponto isolado da documentação da INNOVA não teria aptidão para afastar os fundamentos técnicos autônomos que sustentam as conclusões desfavoráveis nos Lotes 1 e 3, e não foram identificadas dúvidas concretas na documentação da L&R capazes de alterar a conclusão favorável.

Esta unidade técnica mantém integralmente as conclusões da Nota Técnica nº 002/2026/SUPARM/SESEG, sem necessidade de retificação, complementação técnica ou realização de diligência.

É a manifestação técnica complementar conclusiva.

Araruama/RJ, 24 de setembro de 2026.

MARCIO BARBOSA DE OLIVEIRA
Superintendente de Armamento
Secretaria de Segurança Ordem Pública e Defesa Civil de Araruama
Mat. 113895-2

À SESEG

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16.356/2026

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 042/2026

RECORRENTE: INNOVA PSY PSICOLOGIA E SAÚDE LTDA

RECORRIDAS: L&R STAFF LTDA

I – RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo interposto por **INNOVA PSY PSICOLOGIA E SAÚDE LTDA**, em face dos atos praticados no âmbito do Pregão Eletrônico SRP nº 042/2026, insurgindo-se contra seu afastamento do certame e questionando, ainda, a habilitação da empresa **L&R STAFF LTDA**.

Em síntese, a Recorrente apresenta insurgências relacionadas à avaliação de sua qualificação técnica, à análise dos documentos apresentados pela licitante declarada vencedora, à alegada adoção de critérios técnicos assimétricos, à possibilidade de realização de diligências e às consequências decorrentes da inserção de sua proposta comercial juntamente com os documentos apresentados na fase de habilitação.

Apresentadas contrarrazões pela **L&R STAFF LTDA**, e considerando que parcela substancial das razões recursais incidia sobre matéria de natureza eminentemente técnica, os autos foram encaminhados à Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil – SESEG, para reexame específico das conclusões anteriormente consignadas na Nota Técnica nº 002/2026/SUPARM/SESEG.

Em resposta, a unidade técnica emitiu Manifestação Técnica Complementar, promovendo novo exame das razões recursais, das contrarrazões, da documentação apresentada, do Edital e do Termo de Referência, mantendo as conclusões técnicas anteriormente alcançadas.

A SESEG reafirmou, em síntese, a insuficiência técnica da documentação da Recorrente relativamente aos Lotes 01 e 03, reconheceu expressamente a inexistência de insuficiência técnica relativamente ao Lote 02, manteve a conclusão favorável à qualificação técnica da **L&R STAFF LTDA** nos Lotes 01, 02 e 03, afastou a alegação de adoção de critérios

técnicos assimétricos e concluiu pela inexistência de diligência tecnicamente útil capaz de modificar os resultados alcançados.

É o relatório.

II – DA DELIMITAÇÃO DO JULGAMENTO

Inicialmente, cumpre distinguir as questões de natureza técnica das questões de natureza jurídico-procedimental.

A avaliação da suficiência dos atestados, da compatibilidade da experiência anterior, da qualificação dos profissionais, das condições técnicas das estruturas indicadas e da disponibilidade dos recursos necessários à execução foi submetida à unidade demandante especializada, sem prejuízo da competência deste Pregoeiro para examinar a conformidade das conclusões alcançadas com o Edital, o Termo de Referência e a legislação aplicável.

Por outro lado, a definição das consequências decorrentes da inserção e disponibilização da proposta comercial no conjunto documental

destinado à habilitação constitui matéria jurídico-procedimental, cuja apreciação compete ao agente responsável pela condução do certame.

A presente decisão, portanto, não constitui mera reprodução ou adesão automática às manifestações da unidade técnica, mas resulta da apreciação conjunta das razões e contrarrazões recursais, da documentação constante dos autos, das manifestações técnicas produzidas e das normas legais e editalícias aplicáveis.

III – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL – LOTE 01

O item 12.4.1 do Edital estabelece que a licitante deverá comprovar aptidão operacional compatível com a execução do objeto mediante apresentação de documentação técnica pertinente.

O item 12.4.1.1 exige comprovação de experiência anterior em capacitação armada institucional para Guarda Civil com matriz curricular SENASP, treinamento operacional e atividades correlatas compatíveis com a complexidade da contratação.

Por sua vez, o item 12.4.1.2 exige comprovação de experiência técnico-operacional mediante um ou mais atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público, demonstrando execução satisfatória de capacitação em armamento e tiro destinada a Guardas Municipais, incluindo treinamento voltado à habilitação ou manutenção do porte funcional.

A Recorrente sustenta que a experiência anteriormente comprovada seria suficiente para atendimento das exigências editalícias.

A SESEG, entretanto, após reexaminar especificamente a questão em sede recursal, esclareceu que não desconsiderou a existência das experiências anteriores apresentadas pela INNOVA. A insuficiência apontada decorreu da ausência de demonstração suficientemente objetiva da correspondência material entre os serviços comprovados e a experiência institucional especificamente exigida pelo instrumento convocatório, notadamente quanto à inserção da capacitação no procedimento de habilitação ou manutenção do porte funcional.

Importa consignar que a conclusão técnica não se fundamenta na inexistência de instrumento de cooperação com a Polícia Federal como requisito autônomo ou obrigatório. A utilização da expressão "preferencialmente" no item 12.4.1.2 impede que tal instrumento seja transformado em condição eliminatória não estabelecida pelo Edital.

O fundamento efetivamente considerado reside na insuficiência do conteúdo probatório apresentado para demonstrar a experiência material expressamente exigida pelos itens 12.4.1.1 e 12.4.1.2.

Não se identifica, nesse aspecto, criação posterior de requisito de habilitação, mas aferição da correspondência entre a experiência comprovada e aquela objetivamente exigida pelo instrumento convocatório.

Mantém-se, portanto, a conclusão desfavorável quanto à comprovação da experiência técnico-operacional exigida para o Lote 01.

IV – DO PROFISSIONAL INDICADO PARA ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR – APH

A Recorrente questiona a avaliação da experiência do profissional indicado para as atividades de atendimento pré-hospitalar, especialmente em comparação com a avaliação realizada em relação ao profissional vinculado à **L&R STAFF LTDA**.

O Termo de Referência estabelece que a disciplina de APH Tático/Prático deverá ser ministrada por profissional devidamente qualificado e certificado na área da saúde e/ou especialista em salvamento tático/emergência pré-hospitalar, com experiência comprovada na instrução de forças de segurança.

A Manifestação Técnica Complementar reconheceu a formação e as certificações apresentadas relativamente ao profissional indicado pela Recorrente, mantendo, contudo, ressalva quanto à individualização documental da experiência docente específica exigida.

A unidade técnica também enfrentou expressamente a comparação formulada pela Recorrente em relação ao profissional vinculado à

L&R STAFF LTDA, apresentando as razões pelas quais considerou distintos os conjuntos probatórios.

Não obstante, este aspecto não será adotado como fundamento autônomo e determinante para manutenção do afastamento da Recorrente.

Eventual esclarecimento destinado exclusivamente a confirmar experiência profissional preexistente poderia, em tese e conforme as circunstâncias, ser objeto de diligência, desde que não importasse constituição posterior de capacidade inexistente no momento próprio.

Entretanto, a unidade técnica esclareceu que eventual confirmação desse aspecto isolado não teria aptidão para modificar a conclusão referente ao Lote 01, diante da subsistência de outros fundamentos técnicos autônomos.

Consequentemente, não se justifica instaurar diligência cujo resultado, ainda que integralmente favorável à Recorrente nesse ponto específico, seria incapaz de alterar o resultado final da análise.

V – DAS ESTRUTURAS E DOS RECURSOS MATERIAIS – LOTE 01

A Recorrente questiona igualmente as conclusões relativas à estrutura indicada para execução do objeto e à disponibilidade de armamentos e munições.

A Manifestação Técnica Complementar reconheceu a existência de documentação relacionada ao C.T. Belli, incluindo instrumentos de disponibilização, registros, ART, Plano de Segurança, documentação do Corpo de Bombeiros e fotografias.

A conclusão desfavorável, portanto, não decorreu da inexistência absoluta de documentação relativa ao estande, mas da avaliação conjunta acerca da suficiência dos elementos apresentados para demonstrar integralmente as condições operacionais e materiais necessárias à execução.

Da mesma forma, quanto aos armamentos e munições, não se adota como premissa a necessidade de propriedade empresarial exclusiva de

todo o acervo, de estoque integral antecipado ou de quantitativo mínimo não estabelecido no instrumento convocatório.

A análise técnica incidiu sobre a demonstração de disponibilidade material compatível com a execução do objeto, considerados os documentos e instrumentos apresentados pela Recorrente.

Eventuais divergências meramente cadastrais, de identificação ou representação documental não são consideradas, isoladamente, fundamento suficiente para manutenção do afastamento, especialmente quando passíveis de esclarecimento ou saneamento.

O que subsiste é a avaliação conjunta das condições materiais não suficientemente demonstradas, associada ao fundamento autônomo relativo à experiência técnico-operacional anteriormente examinado.

VI – DO LOTE 03

Quanto ao Lote 03, a SESEG manteve conclusão desfavorável por entender que o conjunto documental apresentado não demonstrou, de

maneira suficiente, as estruturas, os recursos operacionais e as condições materiais necessários à execução específica daquele lote.

A Manifestação Técnica Complementar esclareceu que a conclusão relativa ao Lote 03 possui fundamentação própria, não decorrendo automaticamente das insuficiências apontadas para o Lote 01.

A unidade técnica também informou não ter identificado questão documental isolada cuja simples confirmação fosse capaz de modificar o resultado alcançado.

Considerando a análise técnica especializada, o reexame promovido especificamente em razão do recurso e a inexistência de elemento técnico objetivo capaz de infirmar as conclusões alcançadas, mantém-se a conclusão técnica desfavorável à Recorrente relativamente ao Lote 03.

VII – DA ALEGADA ASSIMETRIA DE TRATAMENTO E DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA L&R STAFF LTDA.

A Recorrente sustenta que a **L&R STAFF LTDA** teria recebido tratamento técnico mais favorável, especialmente quanto à experiência anterior, aos profissionais indicados, às estruturas, aos estandes e aos recursos materiais.

Diante da relevância da alegação, a matéria foi expressamente submetida ao reexame da SESEG.

A unidade técnica informou ter aplicado os mesmos critérios previstos no Edital e no Termo de Referência às participantes, atribuindo as diferenças de resultado ao conteúdo, à individualização e à suficiência dos respectivos conjuntos documentais, e não à adoção de parâmetros distintos.

A Manifestação Técnica Complementar reafirmou a suficiência da documentação apresentada pela **L&R STAFF LTDA** e não identificou tratamento técnico assimétrico capaz de justificar alteração das conclusões anteriormente alcançadas.

As razões recursais, por sua vez, não demonstraram objetivamente falsidade dos documentos apresentados pela **L&R STAFF LTDA**, inexistência das estruturas consideradas, invalidade dos registros examinados ou ausência das condições técnicas reconhecidas pela unidade especializada.

A divergência da Recorrente quanto à valoração do conjunto documental, embora legitimamente submetida à apreciação administrativa, não é suficiente, por si só, para afastar conclusão técnica posteriormente submetida a reexame específico e fundamentado.

Não se identifica, portanto, elemento suficiente para modificar a conclusão favorável à qualificação técnica da **L&R STAFF LTDA**.

VIII – DA DILIGÊNCIA E DE SUA UTILIDADE PARA O RESULTADO DO JULGAMENTO

A possibilidade de diligência foi expressamente considerada durante a instrução recursal.

Não se adota a premissa de que todo documento complementar seria, abstratamente, inadmissível.

Deve-se distinguir a tentativa de constituir posteriormente condição material inexistente da possibilidade de esclarecer ou comprovar documentalmente situação que já existia no momento próprio.

Todavia, no caso concreto, a SESEG foi expressamente instada a avaliar não apenas a possibilidade abstrata de esclarecimento, mas também sua utilidade efetiva para o resultado da análise, concluindo que eventuais esclarecimentos relativos a aspectos isolados não teriam aptidão para modificar as conclusões finais diante da subsistência de outros fundamentos técnicos autônomos.

A não realização de nova diligência, portanto, não decorre de interpretação segundo a qual todo saneamento seria juridicamente vedado, mas da ausência de utilidade concreta da providência para o julgamento.

Mesmo que os aspectos isoladamente esclarecíveis fossem integralmente resolvidos em favor da Recorrente, permaneceriam fundamentos técnicos independentes capazes de sustentar as conclusões desfavoráveis relativamente aos Lotes 01 e 03.

IX – DA DISPONIBILIZAÇÃO ANTECIPADA DA PROPOSTA COMERCIAL

Resta examinar questão de natureza distinta, especialmente relevante para o Lote 02. A Manifestação Técnica Complementar da SESEG reconheceu expressamente que não foi identificada insuficiência de qualificação técnica da INNOVA relativamente ao Lote 02. Não se atribui, portanto, à Recorrente deficiência técnica inexistente.

A manutenção de seu afastamento relativamente a esse lote decorre de fundamento jurídico-procedimental autônomo.

O presente procedimento adotou a inversão de fases prevista no art. 17, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, de modo que a fase de

habilitação antecedeu a abertura da fase competitiva. Nesse contexto, o item 8.1.6 do Edital estabeleceu expressamente que:

"Em razão da adoção da inversão de fases prevista no art. 17, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, os licitantes deverão observar rigorosamente a forma de cadastramento das informações no sistema eletrônico, permanecendo a proposta comercial sob sigilo até a abertura da fase competitiva, razão pela qual deverá ser inserida exclusivamente no campo próprio destinado ao cadastramento da proposta, observadas as funcionalidades e os procedimentos disponibilizados pela plataforma eletrônica utilizada."

A determinação editalícia guarda correspondência direta com o art. 13, parágrafo único, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece o diferimento da publicidade quanto ao conteúdo das propostas até sua respectiva abertura.

Apesar da clareza da regra editalícia, a Recorrente inseriu, juntamente com os documentos destinados à fase de habilitação, arquivo contendo sua proposta comercial identificada e precificada, com indicação da empresa e dos respectivos valores.

Não se trata, portanto, de mera identificação acidental da licitante, erro de nomenclatura de arquivo ou falha de organização documental sem repercussão sobre a finalidade da norma.

Foi a própria proposta comercial, contendo identificação da proponente e informações econômicas que deveriam permanecer protegidas, que passou a integrar o conjunto documental apresentado na fase de habilitação.

IX.1 – DA ACESSIBILIDADE DOS DOCUMENTOS E DA CONSULTA AO LICITANET

A acessibilidade dos documentos inseridos no campo destinado à habilitação não constitui mera presunção desta Administração.

Com a finalidade específica de esclarecer a sistemática da plataforma eletrônica nos certames processados com inversão de fases, foi realizada consulta ao suporte do LICITANET, registrada sob o Protocolo de Atendimento nº 20260928359094.

Na oportunidade, foi confirmado pelo suporte da plataforma que, nos certames realizados com inversão de fases, os documentos inseridos no campo destinado à habilitação podem ser acessados pelos demais licitantes e também por visitantes que consultem o certame.

Desse modo, ao inserir sua proposta comercial identificada e precificada juntamente com os documentos de habilitação, a Recorrente não incorreu em simples equívoco de cadastramento desprovido de repercussão procedimental.

O conteúdo econômico que deveria permanecer segregado e sob sigilo até a abertura da fase competitiva foi inserido em ambiente que

possibilitava seu acesso por terceiros antes do momento procedimental autorizado para sua divulgação.

IX.2 – DA DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE ACESSO EFETIVO

A Recorrente sustenta, em essência, a ausência de demonstração de que outro participante tenha efetivamente acessado sua proposta.

Tal circunstância, entretanto, não descaracteriza a irregularidade constatada. É necessário distinguir disponibilização antecipada de comprovação de acesso efetivo.

Não há nos autos elemento que permita afirmar que determinada licitante ou visitante efetivamente abriu, visualizou, realizou download ou utilizou as informações constantes da proposta da Recorrente. E nenhuma dessas circunstâncias será presumida nesta decisão.

O fato objetivamente relevante é diverso: conteúdo que deveria permanecer indisponível até a fase competitiva foi voluntariamente inserido

pela própria licitante em ambiente que permitia sua consulta por terceiros antes do momento procedimental adequado.

Exigir, como condição para o reconhecimento da irregularidade, a identificação posterior de pessoa que efetivamente tenha aberto ou realizado download do documento esvaziaria a finalidade preventiva da regra de sigilo.

A proteção estabelecida pela legislação e pelo Edital não objetiva apenas impedir a utilização comprovada da proposta de um concorrente por outro. Objetiva, anteriormente a isso, impedir que o conteúdo econômico das propostas seja disponibilizado antes do momento em que todos os participantes possam regularmente conhecê-lo.

Não se presume, portanto, prejuízo econômico efetivamente consumado, conluio, dolo ou utilização concreta das informações por concorrente.

O que se reconhece é a ocorrência objetiva da ruptura da segregação informacional estabelecida para o procedimento com inversão de fases.

IX.3 – DA MATERIALIDADE DA IRREGULARIDADE E DA IMPOSSIBILIDADE DE SANEAMENTO

Também não se mostra possível reduzir a ocorrência a mera falha formal.

A determinação constante do item 8.1.6 do Edital, ao exigir que a proposta fosse inserida exclusivamente no campo próprio, possuía finalidade material precisamente identificável: impedir que seu conteúdo econômico se tornasse acessível durante a fase de habilitação.

No caso concreto, a utilização do campo inadequado produziu justamente o resultado que a regra buscava impedir: a possibilidade objetiva de conhecimento antecipado da proposta comercial por outros licitantes e por terceiros.

A irregularidade alcança, portanto, a própria finalidade da regra de sigilo e relaciona-se diretamente à igualdade informacional entre os participantes, à vinculação ao instrumento convocatório e à regularidade da fase competitiva.

Uma vez disponibilizada a proposta comercial em ambiente acessível, não existe providência posterior capaz de recompor integralmente o estado informacional anterior.

A retirada do documento ou sua posterior inserção no campo adequado não desfaz a disponibilização já ocorrida, tampouco permite restabelecer, com segurança, a situação de indisponibilidade que deveria ter sido preservada desde o início.

IX.4 – DO FORMALISMO MODERADO E DAS CIRCUNSTÂNCIAS CONCRETAS DO CERTAME

A aplicação do formalismo moderado não conduz a conclusão diversa.

O art. 12, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021 impede o afastamento de licitante em razão do desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação ou a compreensão do conteúdo da proposta.

Não é essa a situação verificada.

A irregularidade não consistiu em falha de paginação, nomenclatura, organização interna do documento ou outro vício destituído de repercussão material.

Houve disponibilização, antes da fase própria, da proposta comercial identificada e contendo os preços da própria Recorrente, em contrariedade a regra editalícia expressamente estabelecida justamente para impedir esse resultado.

A situação também se distingue materialmente de hipóteses em que ocorre mera divulgação antecipada de marca, modelo ou elemento que apenas permita inferir a identidade de determinado concorrente.

Aqui, o documento disponibilizado era a própria proposta econômica.

A natureza da informação disponibilizada, o momento procedimental em que ocorreu a disponibilização, a regra editalícia expressa de segregação, a acessibilidade do campo utilizado e a impossibilidade de recomposição posterior do estado de sigilo afastam a caracterização da ocorrência como simples irregularidade formal.

IX.5 – DA CONSEQUÊNCIA PARA O LOTE 02

A conclusão deve ser particularmente clara quanto ao Lote 02. A Recorrente atendeu tecnicamente aos requisitos daquele lote, conforme reconhecido pela SESEG. Sua exclusão não é mantida, portanto, por deficiência de qualificação técnica.

O fundamento determinante é exclusivamente jurídico-procedimental: a disponibilização antecipada de sua proposta comercial identificada e precificada, em ambiente acessível a terceiros, quando o Edital

determinava expressamente que esse conteúdo permanecesse sob sigilo e fosse inserido exclusivamente no campo próprio até a abertura da fase competitiva.

Trata-se de fundamento autônomo e suficiente para impedir o prosseguimento da Recorrente no Lote 02.

X – CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, após exame das razões recursais, das contrarrazões, da documentação constante dos autos, da Nota Técnica nº 002/2026/SUPARM/SESEG, da Manifestação Técnica Complementar posteriormente emitida pela Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil – SESEG, bem como das circunstâncias jurídico-procedimentais relativas à disponibilização antecipada da proposta comercial:

I. **CONHEÇO** do recurso administrativo interposto por **INNOVA PSY PSICOLOGIA E SAÚDE LTDA**, por tempestivo;

II. **NO MÉRITO, NEGO-LHE PROVIMENTO**, mantendo o afastamento da Recorrente dos Lotes 01, 02 e 03;

III. quanto aos Lotes 01 e 03, a manutenção do afastamento decorre dos fundamentos técnicos autônomos e materialmente relevantes reconhecidos pela unidade especializada e delimitados nesta decisão, não sendo adotadas como fundamentos determinantes eventuais questões meramente formais ou isoladamente passíveis de esclarecimento que, mesmo solucionadas em favor da Recorrente, não modificariam o resultado técnico final;

IV. quanto ao Lote 02, registra-se expressamente que a Recorrente foi considerada tecnicamente apta pela SESEG, sendo a manutenção de seu afastamento fundamentada exclusivamente na irregularidade jurídico-procedimental decorrente da disponibilização antecipada de sua proposta comercial identificada e precificada juntamente com a documentação de habilitação, em violação à sistemática de

inversão de fases e à regra expressa estabelecida pelo item 8.1.6 do Edital;

V. **MANTENHO** a conclusão favorável à qualificação técnica da **L&R STAFF LTDA** relativamente aos Lotes 01, 02 e 03, uma vez que as razões recursais, submetidas a reexame técnico específico, não demonstraram desconformidade suficiente para afastar o atendimento aos requisitos aplicáveis.

Por não reconsiderar os atos recorridos, encaminhem-se os autos à autoridade superior competente, acompanhados desta decisão motivada, para apreciação e decisão, nos termos do art. 165, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Araruama, 28 de setembro de 2026.

[redacted]
CAIO BENITES RANGEL
PREGOEIRO

Processo nº 19.848/2026
Fls. 66

DECISÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR COMPETENTE
JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Pregão Eletrônico (SRP) nº 042/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para capacitação operacional, treinamento armado, avaliação psicológica, requalificação profissional e locação de estrutura técnica destinados à Guarda Civil Municipal.

RECORRENTE: Innova Psy Psicologia e Saúde Ltda.
CONTRARRAZOANTE: L&R Staff Ltda.

Nos termos do art. 165, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, **RATIFICO** a decisão do pregoeiro de 28 de setembro de 2026, cujos fundamentos adoto expressamente como razões de decidir. **CONHEÇO** do recurso interposto por Innova Psy Psicologia e Saúde Ltda. e, no mérito, **NEGO-LHE PROVIMENTO**, mantendo a decisão recorrida quanto ao afastamento da recorrente dos Lotes 01, 02 e 03 e à conclusão favorável à qualificação técnica da L&R Staff Ltda. nesses lotes.

Publique-se. Dê-se ciência às interessadas e encaminhem-se os autos à Secretaria Executiva de Licitações e Contratos para o regular prosseguimento do certame.

É como decido.

Araruama/RJ, 30 de setembro de 2026.

Pedro Ivo dos Santos Soares
Secretário Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil
Matricula: 3352-9

RECEBIDO
30/09/26
às 17:32